



ANA MARIA DA SILVA

**A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO: PERCEPÇÕES DE UMA PROFESSORA**

INCONFIDENTES

2017

ANA MARIA DA SILVA

**A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE
REGULAR DE ENSINO: PERCEPÇÕES DE UMA PROFESSORA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como pré-requisito para aprovação no curso de Especialização em Educação Infantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - Campus Inconfidentes - para obtenção do título de Especialista em Educação Infantil.

Orientadora: Prof. M^a. Paula Inácio Coelho

INCONFIDENTES

2017

ANA MARIA DA SILVA

**A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO: PERCEPÇÕES DE UMA PROFESSORA**

Data de aprovação: 28 de abril de 2017

**Orientadora: Prof^a. M^a. Paula Inácio Coelho
IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes**

**Prof^a. M^a. Cleonice Maria da Silva
IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes**

**Prof. Me. Luis Carlos Negri
IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes**

Dedico este memorial a todos os educadores, homens e mulheres que dedicam sua força vital à maestria de mudar o mundo através da educação.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é a Deus, que me deu forças para superar todas as dificuldades.

À minha família, base da minha formação moral, que esteve e está sempre presente, partilhando o pão e os valorosos exemplos da humildade e da honestidade.

Aos amigos que me estenderam a mão sem pedir nada em troca.

Ao Ailton, que me incentivou e auxiliou nas pesquisas legislativas.

Aos meus professores e mestres, que abriram meus horizontes para novas experiências do conhecimento.

Sou muito grata a todos vocês.

*Uma educação pela pedra: por lições;
Para aprender da pedra, frequentá-la;
Captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).
A lição de moral, sua resistência fria
Ao que flui e a fluir, a ser maleada;
A de poética, sua carnadura concreta;
A de economia, seu adensar-se
compacta: Lições da pedra (de fora para
dentro, Cartilha muda), para quem
soletrá-la.*

*Outra educação pela pedra: no Sertão
(de dentro para fora, e pré-didática).
No Sertão a pedra não sabe lecionar,
E se lecionasse, não ensinaria nada;
Lá não se aprende a pedra: lá a pedra,
Uma pedra de nascença, entranha a
alma.*

João Cabral de Melo Neto

RESUMO

O presente trabalho está alinhado com as normativas do ensino moderno e suas práticas inclusivas para com os mais diversificados grupos sociais, dentre os quais o da criança autista. Pretendo abordar o tema através de um diálogo entre as diagramações teóricas e a realidade fática do educador inserido nesse cenário eleito para abordagem sistêmica: teoria e prática, através de memorial discursivo. Ressalto que o trabalho empírico ocorreu no contexto da educação infantil, na cidade de Amparo/SP, onde lecionei durante o ano letivo de 2016, na qualidade de tutora de uma infante com cinco anos de idade, com autismo. Tendo como base essa criança-alvo investigativo, traçamos características, anseios, qualidades e necessidades especiais em prol da estruturação de planos de aplicação concreta e viável, dentro do contexto grupal em que se encontrava a menor.

Palavras- chave: Autismo. Inclusão. Vivência Prática.

ABSTRACT

The present work is in line with the current norms of modern education and its inclusive practices, towards the most diverse social groups, among which the autistic child. I intend to approach the theme through a dialogue between the theoretical diagrams and the factual reality of the educator within this scenario chosen for a systemic approach. I emphasize that our empirical work occurred in the context of early childhood education, in the city of Amparo/SP, where I taught during the academic year of 2016, as tutor of a 5-year-old autistic child. Based on this research target child, I draw characteristics, desires, qualities and special needs for the structuring of practical and feasible implementation plans, within the group context in which the child was found.

Keywords: Autism. Inclusion. Practical Experience.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	1
2.	CAPÍTULO I - MEUS PRIMEIROS PASSOS COMO PROFESSORA E O CONTATO COM O AUTISMO EM AMBIENTE ESCOLAR.....	3
3.	CAPÍTULO II - DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DA CRIANÇA AUTISTA.....	7
4.	CAPÍTULO III - A ESCOLA E O AUTISTA: UMA VISÃO INCLUSIVA.....	13
5.	CAPÍTULO IV - EXPERIÊNCIA PRÁTICA EM AMBIENTE ESCOLAR.....	19
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25

INTRODUÇÃO

A título introdutório, essencial à perfeita compreensão do presente trabalho e da experiência prática vivenciada pela autora, trago, em linhas gerais, o caminho por mim trilhado na docência, desde os primeiros passos até o contato com o autismo no ambiente da escola.

Surge, ainda, uma abordagem do autismo dentro da educação infantil por meio da explanação da situação empírica vivenciada a fundo durante todo o ano letivo de 2016.

Nesse período, na qualidade de tutora¹ de uma menina autista de cinco anos de idade, reuni dados e vivências aqui explanados por meio de uma visão interna e aproximada do tema.

Complementarmente, conceituei minimamente o autismo, fazendo alguns apontamentos das pesquisas até a modernidade.

E, ainda, realizei pesquisas acerca do autismo quando relacionado ao ambiente escolar, sem deixar de fazer paralelos com a experiência prática, ressaltando a necessidade de melhor se compreender o espectro do autismo, o autista, suas relações interpessoais com os outros alunos e com o professor, bem como as expectativas futuras em torno do tema.

Por fim, com base nas referências bibliográficas, pretendo trazer uma análise da educação inclusiva em relação ao autista, sempre tendo como base a vivência cotidiana com aquela aluna.

Assim, pretendo apontar as nuances enfrentadas em ambiente escolar, relatando minha experiência prática.

Assim, a escolha do tema não foi aleatória ou despropositada, mas, ao contrário, fruto de pesquisa bibliográfica e experiência com situações em sala de aula, coisas que me foram despertando o interesse.

Assento minha pesquisa na necessidade de melhor compreender as crianças autistas, para além de suas dificuldades quanto ao processo de aprendizagem, com foco na aceitação da diversidade e na importância da socialização e do desenvolvimento desses infantes, desde a pré-escola, com foco na eficácia do ensino e da prática dos envolvidos.

¹ Professora auxiliar em sala de aula, responsável pelos cuidados de aluno com necessidades especiais.

CAPÍTULO I – MEUS PRIMEIROS PASSOS COMO PROFESSORA E O CONTATO COM O AUTISMO EM AMBIENTE ESCOLAR

Nunca é muito fácil falar sobre nós mesmos.

Na verdade, minha trajetória no magistério não começou por sonho ou vocação. Entrei na pedagogia por acaso. Meu sonho era fazer faculdade de Moda ou alguma coisa ligada às Artes. Porém, a necessidade nos carrega para outros caminhos e a vida nos reserva surpresas inimagináveis.

Na época, morando em Bueno Brandão/MG, eu não tinha condições financeiras para pagar uma faculdade de Moda, tampouco possibilidade de me mudar para outra cidade, já que não havia faculdade nessa área nas cidades próximas. Além disso, estava casada e residindo na zona rural.

Nesse tempo eu sentia uma grande necessidade de me realizar profissionalmente, fazer uma faculdade, ter um emprego e ter minha independência econômica. Isso com o passar do tempo foi ficando mais latente em mim. Não me sentia completamente realizada.

Foi quando decidi que queria fazer algo diferente, arriscar-me em algum desafio novo. De família humilde e sem muitas oportunidades, sabia que o caminho para a mudança só viria através do estudo. Prestei, então, vestibular na faculdade ASMEC - Associação Sul Mineira de Educação e Cultura – Campus Ouro Fino/MG. Havia muito tempo que tinha parado de estudar, mas me dediquei muito e consegui ser aprovada na 11ª colocação naquele vestibular.

Na faculdade não havia muitas opções de curso. No primeiro momento pensei em Geografia, que era uma matéria que sempre gostei na escola. Depois, analisando o campo de trabalho, que não era tão amplo como o da Pedagogia, por esta optei.

No começo achei que não conseguiria estudar. Não tinha dinheiro nem para pagar a matrícula da faculdade. Meus pais não tinham condições de me ajudar, eu não tinha um emprego e meu marido, quando me deu o dinheiro para a matrícula disse: “como você vai começar algo que não teremos dinheiro para pagar?!”. Aquilo me doeu muito, pois sabia que ele tinha razão. Mas nunca desisti e não me deixei abalar. Deus me ajudaria e daríamos um jeito.

Nesse tempo, consegui trabalho de meio período numa padaria. O que eu ganhava era suficiente apenas para pagar o ônibus e a faculdade, não sobrava mais

nada. Não era um serviço fácil, de domingo a domingo, sem folgas. Meu chefe era uma pessoa difícil trato. Devido ao esforço, não demorou muito e comecei a ficar doente. O clima no ambiente de trabalho não estava fácil, comecei a procurar outro emprego, foi quando surgiu a oportunidade de trabalhar na prefeitura de Bueno Brandão/MG, num projeto dentro da área pedagógica, chamado Minas Olímpica. Foi minha salvação! Era muito melhor que a padaria. Não ganhava muito, mas dava para pagar a van e a faculdade e o contrato era para dois anos, o que me garantiria condições para chegar até o fim faculdade.

Nesse período, estava morando com minha mãe na área urbana da cidade de Bueno Brandão/MG, enquanto o meu marido morava em um sítio e não tinha como eu ir e voltar todo dia para casa, então nos víamos somente no fim de semana.

Por um tempo isso estava confortável, mas logo essa situação começou a incomodá-lo, até que em um determinado momento ele me disse que teria que escolher entre ele e a faculdade, pois “como estava não seria mais possível”.

Agarrei-me às rédeas da razão e tomei a difícil decisão de realizar meu sonho, algo que não tem corpo ou forma física, algo que não se pode tocar ou que possa ser visto, mas apenas sentido.

Foi a fase mais difícil da faculdade, pois não tinha estrutura psicológica para tudo que aconteceu. Mudei para a cidade de Monte Sião/MG, passando a trabalhar como vendedora em uma loja de malhas. Recomecei do zero. Depois de alguns meses consegui levantar a cabeça e dar continuidade na vida, retomar os projetos e focar mais no curso.

No dia da colação de grau, passou pela minha cabeça um filme de todo o caminho percorrido, de quão longe eu havia chegado, de como a liberdade e a realização de um sonho fortalecem o homem e alegram seu coração. Enfim, o sabor da conquista.

O amor pela pedagogia já havia me tomado.

Ao término da faculdade consegui um emprego em um colégio particular na rede Objetivo, como inspetora de aluno, ainda em Monte Sião/MG. Foi um começo difícil na rede particular de ensino. Deparei-me com muitas situações que não conhecia, pois tinha estudado sempre na rede pública e não conhecia a realidade das escolas particulares.

Pude perceber e vivenciar as nítidas diferenças entre ambas e ver que na rede particular existe grande diferença entre as classes sociais, de forma muito nítida em relação à escola pública.

Essa experiência proporcionou-me grande aprendizado, seja com os professores, tal como com os funcionários da escola e com os próprios alunos.

Quando se começa de baixo, você tem uma visão diferente da escola. Eu me via em cada pessoa naquela escola e conseguia entender como todos são importantes no processo educacional. A escola não pode existir sem os funcionários da limpeza, sem os professores, sem os gestores e, principalmente, sem os alunos. O material humano é importante dentro de uma escola e deve ser valorizado.

Aos poucos fui conhecendo toda a estrutura da escola. De toda essa vivência o que mais gostava era do auxílio que prestava à professora de Artes. Eu me realizava dentro daquela sala de Artes e me sentia realizada, compartilhando a beleza que a arte retrata. Grande era o prazer que sentia em estar ali, criando coisas com os alunos.

Mais adiante prestei um processo seletivo para professora, na cidade vizinha de Águas de Lindóia/SP, e enorme foi minha alegria quando vi a lista e tinha passado em 5º lugar e iria de fato exercer o magistério. Passei, assim, a trabalhar nos dois municípios.

Porém, a prática ainda é um mundo distante da teoria. Exercer o magistério não foi tarefa fácil. A primeira impressão que tive foi de que aquilo que eu havia aprendido na faculdade não se aplicava ao que eu estava vivenciando na prática com os alunos. Depois de um tempo as coisas foram se ajeitando e comecei a compreender melhor a rotina de sala de aula.

Em seguida deixei a rede particular e passei a trabalhar, também como professora, na rede municipal da mesma cidade de Monte Sião/MG, com alunos do nível infantil 3 – crianças com idade média de 3 e 4 anos. Foi um pouco mais fácil, apesar de as crianças serem muito agitadas, agitação essa que se repete todos os anos sucessivamente. Porém, o suporte pedagógico que a supervisora me deu na época ajudou bastante. Aprendi muito com ela. Foi uma das pessoas que conheci que fez grande diferença na minha vida. Ela me ajudou a entender o universo da educação. Ela fazia valer a máxima de que as pessoas não sabem tudo e que conhecimento é algo que vamos construindo ao longo da vida.

Mais adiante prestei um concurso para cidade de Amparo/SP. Grande foi a emoção quando me ligaram para assumir um cargo efetivo, já que naquele mesmo ano o contrato com a prefeitura de Aguas de Lindóia/SP terminaria.

Após a alegria veio uma nova decisão: teria que mudar novamente de cidade e abandonar o outro contrato de trabalho. Não foi uma decisão fácil, já que na mesma data tinha sido aprovada para fazer a Pós-Graduação em Educação Infantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas – IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes/MG, e ambas as cidades eram distantes uma da outra. Mas, depois de tantas lutas, sabia que para tudo pode se dar um jeito. Eram coisas importantes que estavam acontecendo na minha vida.

Agarrei a oportunidade, trabalhando em Amparo/SP e morando em Monte Sião/MG. Esse período foi o mais cansativo que enfrentei. Era uma jornada de trabalho muito longa e na sexta e sábado tinha o compromisso com a Pós-Graduação.

Nesse ínterim, também fui aprovada no concurso para professora na cidade de Pinhalzinho/SP, exercendo concomitantemente os dois cargos até a presente data.

Na cidade de Amparo/SP as experiências foram se acumulando. Como aqui não tenho sede², todo ano vou para uma escola diferente, numa série diferente. Assim, já passei pelos ensinos Fundamental, Infantil e Educação Especial.

Decidi-me pelo tema do presente trabalho após ter sido professora tutora de uma menina autista durante todo o ano letivo de 2016.

Passo, na sequência, a fazer um breve apanhado histórico e trago alguns conceitos importantes acerca do autismo. A seguir, exponho as pesquisas sobre a inclusão escolar, seguido pela experiência em sala de aula com a aluna.

² Condição do professor lotado definitivamente em determinada escola, participando da escolha anual de vagas naquele colégio, podendo, se quiser, transferir-se para outros estabelecimentos de ensino, de acordo com a lista de pontuação.

CAPÍTULO II – DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DA CRIANÇA AUTISTA

É indispensável tratar um pouco da história para entendermos melhor a condição dos autistas ao longo dos tempos.

Não encontramos referências teóricas antigas relacionadas especificamente ao autismo. O que se encontra é uma política generalizada de segregação social, persistente desde a Antiguidade até a Idade Média, sob o pretexto de incapacidade de conviver em sociedade daqueles taxados como loucos ou incapazes.

Com o acontecimento das revoluções europeias do século XVIII, em especial a Francesa, surge uma visão mais antropocentrista, com a valorização do homem, reagindo às arbitrariedades dos monarcas que governavam grande parte dos países.

Esse período de mudanças ficou conhecido como Iluminismo.

Desde então muitas mudanças aconteceram. As ciências humanas avançaram consideravelmente. Até que em 1943 a Síndrome do Autismo (ou Síndrome de Asperger), como disfunção mental própria, foi identificada e isolada das demais enfermidades da mente por Leo Kanner. Ele agrupou determinados indivíduos com características similares em um grupo específico.

Assim podemos definir:

Para Aarons e Gittens (1992), o conjunto de características que definem os indivíduos autistas segundo a primeira descrição feita por Kanner em 1943, resumem-se por: incapacidade para desenvolver relações com os outros indivíduos, atraso na aquisição da linguagem, uso não-comunicativo da linguagem verbal (mesmo depois de seu desenvolvimento), ecolalia, jogo repetitivo e estereotipado, manutenção dos 'sameness'³, boa memória de repetição e aparência física normal. Mais tarde, Kanner reduziu este conjunto de características a dois aspectos principais, sendo estes a manutenção do 'sameness' em crianças com rotinas repetitivas e isolamento extremo (PEREIRA, 1999, apud SOUZA & SANTOS, 2010, p. 4).

A aluna com quem convivi durante todo o ano letivo de 2016 enquadrava-se nas características explanadas pelos pesquisadores. Cito, a título exemplificativo, a dificuldade da comunicação verbal, quase inexistente, a aparência física sem detalhes que pudessem inferir o autismo, a falta de relacionamento com os demais alunos e a repetição de movimentos, em particular o bater das mãos.

Dessa forma, o autismo é um padrão de comportamento complexo, um conjunto de características (ou, como defendem alguns: sintomas), que, reunidos, recebem tal denominação e tornam possível a classificação do indivíduo com a

³ "Sameness" - resistência incomum e extraordinária a mudanças; resistência; desejo obsessivo pela manutenção do estado das coisas.

síndrome, que reflete “impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação” (MELLO, 2005, p. 16).

Essa alteração cérebro-comportamental afeta a capacidade de comunicação e interação e de resposta esperada aos estímulos ambientais, o que varia em cada caso. Alguns apresentam fala e movimentos normais, enquanto outros podem se mostrar na condição de mutismo e/ou dificuldade ou variação de fala e dificuldade de aprendizado.

Em geral, mostram-se alheios a situações que normalmente atrairiam a atenção de outras pessoas na mesma situação. Os padrões de comportamento desses indivíduos costumam ser inflexíveis.

Em sala de aula, a aluna que acompanhei não apresentava nenhuma reação ou atração pelas atividades comuns da classe. Quase todas as suas atividades eram realizadas solitariamente.

Outra característica peculiar e comum é a ecolalia – hábito ou mania de repetir palavras ou sons, comum na fase de desenvolvimento da fala de todas as crianças em seus primeiros anos de vida – e o uso da fala fora de contexto, por exemplo, os gritos em momentos não esperados.

Além disso, o autista não detém capacidade plena para estabelecer relações afetivas e expressar sentimentos e emoções como as outras pessoas não autistas.

Ademais, ordinariamente apresentam distúrbios de motilidade, ou seja, maneirismos corporais ritualísticos. São exemplos: bater constantemente as mãos, jogar a cabeça para trás, esfregar os pés no chão, apertar e soltar objetos sem parar, bater as mãos contra a cabeça, puxar os próprios cabelos, bater a cabeça na parede, tocar os próprios órgãos genitais, girar os olhos, entre outros.

Outros sintomas também estão associados, como a ausência de sorriso social, linguagem gestual, descontinuidade dos movimentos, falta de interesse por brincadeiras coletivas, preferência por permanecer isolada dos demais, incapacidade de discernir entre estímulos e de entender hierarquia e convenções sociais, ainda que comuns.

Enfim, observadas as características expostas, autismo traduz, nas palavras de Marques (2000, p.25): “condição ou estado de alguém que aparenta estar involuntariamente absorvido em si próprio”.

De acordo com Mello (2005, p. 24):

Existem vários sistemas diagnósticos utilizados para a classificação do autismo. Os mais comuns são a Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, ou CID-10, em sua décima versão, e o Manual de Diagnóstico e Estatística de Doenças Mentais da Academia Americana de Psiquiatria, ou DSM-IV.

O diagnóstico de autismo deverá ser feito por um profissional médico com experiência na área, através de avaliação clínica, afinal, inexistem testes laboratoriais para sua detecção. Em outras palavras, a síndrome não altera a estrutura biológica perceptível, dificultando o diagnóstico.

Análises biológicas, como os exames de sangue, fezes e urina, ressonâncias magnéticas, audiometria, tomografias e eletroencefalogramas, possuem certa relevância, pois auxiliam o profissional a descartar outras doenças relacionadas aos sintomas externados pelo paciente.

Quando iniciei meu trabalho com a aluna de espectro autista ela já havia sido anteriormente diagnosticada com a síndrome por um profissional médico, o que constava em seu histórico escolar.

No aspecto legislativo, em 27 de dezembro de 2012, a lei 12.764 trouxe os seguintes termos:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Essa, aliás, foi a razão pela qual eu exerci a função de sua tutora exclusiva enquanto outra professora conduzia a classe. Devido à condição do autista de pessoa com deficiência, a maioria dos municípios já incluiu um segundo professor

em sala de aula, para lidar exclusivamente com o aluno que possui necessidades especiais. É o caso do município de Amparo/SP⁴.

No que se refere à identificação precisa dessa condição especial do indivíduo, esse ato médico é necessário para a escolha correta do tratamento mais adequado a cada caso.

Outra grande dificuldade muitas vezes encontrada é a falta de aceitação do diagnóstico pelos pais, que se negam a aceitar a condição especial do filho. Isso acaba atrapalhando o desenvolvimento da própria criança.

Na busca pelo diagnóstico, a caminhada é longa e árdua. Cada profissional fala uma coisa e não é raro encontrar aqueles que digam que a culpa é da mãe, aumentando ainda mais a indecisão, a dúvida e a insegurança. Quando finalmente o diagnóstico vem, a negação é a primeira reação dos pais: 'não, não pode ser, isto não é verdade! Não meu filho' (SANTOS, 2008, p. 26).

Pude vivenciar, na prática, situação conforme com essa acima descrita pela professora Ana Maria Tarcitano Santos. No caso, a família da minha aluna não se mostrou totalmente engajada em auxiliar a escola no aprendizado da menina, não apenas com o ensino regular (aprender a ler, escrever, calcular, regras sociais de convivência, etc), mas também auxiliando-a a deixar de usar fraldas, utilizar o banheiro e comer por conta própria, rotinas cotidianas comuns.

Como exemplo, trago a situação em que ela estava começando a se adaptar a ficar sem as fraldas (eu colocava a criança no vaso sanitário em horários pré estabelecidos, aguardando pelo tempo que fosse preciso para que ela fizesse suas necessidades). Após as férias de julho a menina retornou novamente dependente de fraldas.

Quanto ao diagnóstico, acrescento que é preciso tomar redobrado cuidado para que o espectro autista não leve ao etiquetamento da criança como desajustado mental e social. Isso pode lhe causar transtornos nos ambientes familiar, escolar e de trabalho futuro, ceifando potencialidades do indivíduo e gerando traumas psicológicos.

⁴ Conforme anexo do edital do concurso que prestei: Quando atuar como tutor, cabe ao professor combinar com o professor titular da sala a preparação de materiais para adequação das atividades elaboradas por ele e trazê-los para a aula; elaborar e manter atualizado um plano de trabalho para desenvolver com o aluno com NEE; (...) acompanhar, orientar e estimular os alunos a serem independentes e terem iniciativa em todos os momentos do dia, inclusive na merenda; realizar registros e anotar informações sobre o desenvolvimento do aluno com NEE em todos os aspectos, periodicamente, conforme da coordenadora pedagógica e SME, em documento específico; (...) responsabilizar-se pelos cuidados de higiene, locomoção, alimentação e outros, de acordo com as necessidades dos alunos.

Estabelecido o diagnóstico e havendo aceitação da família, o autista poderá receber os cuidados especiais que necessita para integração social e escolar. Enfim, a classificação é útil para fins clínicos de definição de tratamento, mas não resolve, por si só a situação. Mostra-se necessário o entendimento dos educadores e o apoio escolar apropriado para a inclusão e o desenvolvimento apropriado da criança.

Os direitos da pessoa espectro autista terão efetividade com o respeito às diretrizes legais, conforme o que se encontra estabelecido na lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

Em resumo, quanto mais precoce for o diagnóstico, melhores serão as condições de adaptação da criança com a síndrome ao ambiente escolar e social. Esse trabalho exige o envolvimento da família, da escola, do médico que conduz seu tratamento e do professor.

Podemos dizer que, sem sombra de dúvidas, o comprometimento de todos os envolvidos é essencial para que os direitos desse grupo sejam respeitados e as políticas educacionais inclusivas se efetivem da maneira como foram pensadas, naquilo que estabelecem, conforme antes descrito.

CAPÍTULO III – A ESCOLA E O AUTISTA: UMA VISÃO INCLUSIVA

Cada dia é crescente a preocupação pela realização de uma escola inclusiva. Para que isso aconteça, políticas públicas são definidas e introduzidas na prática cotidiana.

Antes de adentrarmos especificamente ao tema da inclusão da criança autista ao ambiente escolar, faz-se necessário identificar e conceituar o que vem a ser a inclusão. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO:

O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições, físicas, intelectuais, emocionais, linguística e outras. Devem acolher crianças com deficiência ou bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Declaração de Salamanca, UNESCO, 2003, p.17/18).

Vale ressaltar, a priori, que nem sempre o aluno autista recebe o diagnóstico apropriado, dificultando a tomada de decisões apropriadas à inclusão. Soma-se a isso a necessidade de formação continuada de profissionais na rede de ensino, para viabilizar a adaptação da criança ao ambiente escolar.

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo meio ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau de baixo comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com as crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área (SANTOS, 2008, p. 09).

Durante a experiência que tive com a aluna autista pude verificar na prática a realidade das colocações teóricas acerca da dificuldade de relacionamento e de adaptação do aluno autista, bem como a necessidade de adequada e constante formação dos profissionais envolvidos na educação.

Antigamente não havia uma preocupação com essas pessoas no meio social. A partir das revoluções iluministas do século XVIII, em especial a Revolução Francesa, o quadro começa a se modificar. Advém daí o reconhecimento do homem como sujeito de direitos, independentemente de sexo, idade, condição social, origem ou quaisquer outros fatores.

De acordo com Hunt (2009, p. 131): “Os deputados franceses declaravam que todos os homens, e não só os franceses, nascem e permanecem livres e iguais em direitos”.

Porém, as mudanças foram acontecendo lentamente.

Em seguida, conforme lecionam Stainback e Stainbeck (1999, p. 35), ganhou força o movimento pela institucionalização. Nesse período - século XX - começaram a surgir as escolas e instituições de acolhimento com o objetivo de educar, preparar para o trabalho e convívio social, dentro das possibilidades, aqueles taxados como loucos. Dentre estes estavam grande parte dos autistas, a depender do grau da síndrome, conforme já esclarecido no capítulo II.

São bons exemplos as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE’s.

A prática de agrupamento ou reunião homogênea de indivíduos, tendo como base uma característica comum, tem sido considerada por muitos inadequada. Esse agrupamento homogêneo também tem sido reconhecido como distante do ideal para pessoas que estão aprendendo a viver e trabalhar em comunidades inclusivas (STAINBACK e STAINBACK, 1999, p. 408).

Conforme os estudos dos pesquisadores Sanches e Teodoro (2006), após a segunda guerra mundial (nos anos de 1950 e, especialmente, nos de 1960) nasce na Europa o Movimento de Integração. Um dos primeiros exemplos citados pelos autores é o da Dinamarca.

Começa, assim, a ser implementado um novo sistema, espalhando-se pelo mundo ocidental nos anos seguintes e perdurando até a atualidade.

Esse sistema objetiva, desconsideradas suas pequenas variantes conforme o local e o momento que teve aplicação, a acessibilidade da criança espectro autista às classes regulares de ensino, para integrar-se e ter sua vida estudantil desenvolvida em conjunto com os demais alunos.

A política de inclusão de alunos na rede regular de ensino não consiste somente na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades (GUENTHER, 2003, p.47).

O papel da escola é importante já na identificação do autismo⁵. É na escola que a criança inicia sua vida social e tem seus primeiros contatos com o mundo

⁵ MELLO, 2005, p. 29/30.

externo aos círculos familiares. Nesse momento o espectro autista, em especial quanto à dificuldade para se adaptar às regras estabelecidas, torna-se mais evidente.

Quando a criança ainda não foi diagnosticada e não vem recebendo o adequado tratamento e acompanhamento médico, é importante que os agentes da educação, identificados os sintomas que possam caracterizar o espectro, encaminhem a criança para profissionais habilitados, que identificarão a síndrome e indicarão o adequado tratamento.

Não podemos esquecer que existem diversos tipos e graus de autismo. Para MELLO (2005, p. 20): “O autismo não é uma condição de 'tudo ou nada', mas é visto como um continuum que vai do grau leve ao severo”. Isso reflete diretamente na capacidade de aprendizado e interação do autista em cada caso concreto.

A criança com a qual trabalhei, baseando minha colocação nas explicações doutrinárias citadas, possuía aparentemente um grau elevado da síndrome, dificultando bastante seu aprendizado, ainda que lhe fossem dispensados cuidados e atenção especial.

Conforme aspectos comumente verificados são: dificuldade para se adaptar às regras escolares; resistência a mudanças, ainda que insignificativas; necessidade de manter certas rotinas e horários; interesse exagerado por determinada atividade.

De acordo com Sanches e Teodoro (2006, p. 68): “Apesar desta tentativa de não etiquetar as crianças e de descolagem de um diagnóstico médico, este continua a ser determinante nas decisões administrativas e até no discurso e práticas dos professores”.

Em outras palavras, demos ficar atentos e tomar grande cuidado com o risco do etiquetamento. Ainda que o diagnóstico seja de extrema importância para o caso, com a rotulação a criança poderá ser ainda mais excluída do que incluída, receber estigma social, ser vítima de bullying e outras formas de discriminação.

E como fazer com que isso não aconteça?

Notadamente isso dependerá do constante melhoramento do sistema educacional, da qualificação dos professores e outros profissionais envolvidos com a educação, e da preocupação da sociedade e dos poderes públicos na adequada

inclusão dessas pessoas⁶. Mudanças legislativas são necessárias, bem como a disponibilização de orçamentos direcionados.

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação (MITTLER, 2000, p. 25).

De acordo com o “Education Act”, de 1981, citado por Sanches e Teodoro (2006, p. 64): “uma criança tem necessidades educativas especiais se tem dificuldades de aprendizagem que obrigam a uma intervenção educativa especial, concebida especificamente para ela”.

Como isso acontece normalmente nos primeiros anos do aluno na escola, é de primordial importância a participação da família, pois a criança ainda está intimamente ligada ao núcleo familiar. Dessa forma, as atividades escolares devem ser complementadas pelas domiciliares, sob supervisão da família, para que melhores resultados possam ser atingidos.

É importante a continuidade do ensino para uma criança autista, para que se torne menos dependente, mesmo que isto envolva várias tentativas, e ela não consiga aprender. É preciso atender prontamente toda vez que a criança autista solicitar e tentar o diálogo, a interação. Quando ocorrer de chamar uma criança autista e ela não atender, é necessário ir até ela, pegar sua mão e leva-la para fazer o que foi solicitado. Toda vez que a criança conseguir realizar uma tarefa, ou falar uma palavra, ou enfim, mostrar progresso, é prudente reforçar com elogios. Quando se deseja que a criança olhe para o professor, se segura delicadamente o rosto dela, direcionando-o para o rosto do professor. Pode-se falar com a criança, mesmo que seu olhar esteja distante, tendo como meta o desenvolvimento de uma relação baseada em controle, segurança, confiança e amor (SANTOS, 2008, p. 31 a 32).

No caso que acompanhei em sala de aula, o comprometimento familiar não foi satisfatório, dificultando o processo de inclusão e aprendizado da criança, comprovando-se mais uma vez as colocações teóricas sobre o assunto.

Constatai que o autista, assim como os demais alunos, necessita de amor, carinho e compreensão, mas também controle por parte dos adultos responsáveis por sua educação e aprendizado. Todos podem e precisam aprender a confiar e

⁶ Quando as escolas não excluírem mais ninguém, independente de suas condições físicas, psíquicas, econômicas e outras, a diversidade será respeitada e promovida como um valor na sociedade, com resultados visíveis de solidariedade e de cooperação (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003, p. 44).

compreender, de acordo com seu grau de desenvolvimento, que o professor é o responsável pela condução da turma.

Outro ponto que me parece essencial é a existência de um tutor (professor auxiliar em sala de aula, dedicado exclusivamente aos alunos com necessidades especiais) em sala de aula, para acompanhar especificamente essa criança, proporcionando-lhe a atenção exclusiva que ela necessita. Isso ampliará as possibilidades de aprendizado e adequação desse aluno, minimizando as diferenças com os demais alunos.

Os mesmos resultados não podem ser obtidos quando ausente o segundo professor. É muito comum nas escolas brasileiras salas com vinte, trinta ou mais alunos. Dentro desse quadro, torna-se quase impossível ao professor, sozinho, dar a atenção especial que o aluno autista necessita, quando tem vários outros alunos para comandar e ensinar.

Quanto ao ambiente escolar, o professor precisa ser criativo na escolha e colocação em prática de atividades construtivas e diversificadas que possam assegurar ao autista um melhor desenvolvimento.

De acordo com a lição de EMRIQUE, trazida por SCHWARTZ:

Para que possamos pensar em como ensinar brincando, talvez devêssemos de início recordar o que aprendemos sobre o brincar. Em nossa cultura antilúdica, muitas vezes nos disseram:

- Deixe de brincadeira!
- Pare de ser criança!
- Brincadeira tem hora!
- Você está brincando comigo!
- Você não está mais na idade de brincar!

Assim, não é por acaso que, para muitos de nós, brincar está associado ao que não é sério, a mero passatempo ou ao que não tem utilidade, ao infantil, ao que não deve ser levado em conta. (SCHWARTZ, 2004, p. 03)

Esse é mais um dos desafios enfrentados pelo professor: o preconceito de parcela da sociedade e também de algumas pessoas envolvidas no sistema educacional acerca da viabilidade da aplicação de métodos alternativos, como as brincadeiras.

O certo é que as brincadeiras e atividades lúdicas, quando aplicadas de forma correta, são ferramentas de grande valor no ensino e desenvolvimento do aluno com espectro autista. Essa mesma regra vale para os demais alunos.

São exemplos dessas atividades: o emprego de figuras geométricas; trabalho com cores; massinha; pintura; figuras de animais, pessoas e objetos; música. Essas atividades foram aplicadas com a menina autista que trabalhei.

Porém, nem sempre é possível atingir resultados satisfatórios. Diversos são os fatores que interferem de forma negativa, dentre eles a necessidade de formação continuada para melhor entendimento do espectro autista do aluno envolvido, suas reais possibilidades, a inclusão da família no processo, a existência de outros problemas neuropsicológicos em conjunto com o autismo, dentre outros.

Uma das grandes dificuldades com que se deparam até as crianças autistas mais aptas é a sua inabilidade para generalizar. Aarons e Gittens (1992) referem que elas podem saber o que fazer e como agir numa determinada situação, contudo são incapazes de usar essa experiência e de adaptar quando uma nova situação surge. Essa incapacidade de generalização estender-se-á a todas as áreas da vida diária, em níveis de dificuldade acentuados. Isso é particularmente preocupante no que se refere à percepção de perigo (SOUZA e SANTOS, 2010, p. 09).

Assim, podemos entender que nem todos os alunos com espectro autista conseguirão grandes avanços, ainda que qualificados os educadores envolvidos e aplicadas às técnicas educacionais apropriadas.

Isso, porém, não pode servir de desestímulo, ao contrário, deverá estimular ainda mais o professor para ajudar na integração do autista em ambiente escolar, valorizando cada pequena conquista em prol de sua independência.

CAPÍTULO IV – EXPERIÊNCIA PRÁTICA EM AMBIENTE ESCOLAR

O presente capítulo tem a missão de descrever de forma minuciosa, dentro do possível, o dia a dia de um aluno autista. Dessa forma, podemos fazer um paralelo com as definições teóricas trazidas no capítulo anterior.

Cada vez é mais comum a existência de alunos autistas em sala de aula, nem sempre amparados por uma estrutura profissional e logística suficiente e aceitável para absorvê-los e promover a tão debatida inclusão.

No ano de 2016, na rede municipal de ensino da cidade de Amparo/SP, fui tutora de uma aluna autista com cinco anos de idade. Quando assumi esse desafio achei que seria fácil, pensei que, por ser somente uma aluna, iria “tirar de letra” e seria até mais fácil do que o trabalho com uma sala repleta de alunos, como eu tinha no turno da manhã, na cidade vizinha de Pinhalzinho/SP (distante aproximadamente 40 quilômetros de Amparo/SP).

Iniciados os trabalhos, a realidade foi diversa daquela esperada. Já havia convivido com outros tipos de deficiência, mas o autismo em si é muito diferente, variando de caso para caso conforme o seu grau⁷, como qualquer outra deficiência.

Essa menina era filha única de um casal na faixa etária dos 30 anos, sendo que o pai trabalhava em um Posto de Combustível e a mãe fazia alguns trabalhos informais, como entregar panfletos.

A aluna estava na mesma escola desde o berçário, antes de completar um ano de vida. Aliás, foi já no berçário que os professores identificaram sintomas e a encaminharam para diagnóstico e tratamento médico.

O panorama encontrado quando iniciei a tutoria da aluna, conforme informações levantadas na época, foi o mesmo dos anos anteriores da menina na escola.

Fisicamente a aluna não apresentava nenhuma diferença significativa em relação a outras crianças com a sua idade. A única diferença imediatamente sentida foi que ela não falava. Algumas vezes balbuciava alguns ruídos incompreensíveis.

Tudo leva a crer que a aluna possuía um espectro autista em grau severo.

Autismo é um espectro e o termo justifica-se por conta da imensa variabilidade de características clínicas que se observa. É incorreto dizer 'a pessoa com autismo faz isso ou faz aquilo, deste ou daquele jeito'. Volta-se

⁷ O autismo não é uma condição de "tudo ou nada", mas é visto como um continuum que vai do grau leve ao severo (MELLO, 2005, p. 14).

aí para o mito do indivíduo médio. Algumas pessoas com autismo não falam, outras não param de falar, algumas falam de forma incomum, entendem pouco, não entendem, ou entendem de forma única. Alguns indivíduos machucam a si próprios, outros machucam outras pessoas, muitos não machucam ninguém (MELLO, ANDRADE, HO, SOUZA DIAS, 2013, p. 77)

Os demais alunos da classe receberam bem a aluna autista, demonstrando durante todo o ano letivo respeito e cuidado com ela. Ajudavam sempre que necessário e a incluíram nas brincadeiras cotidianas. Um bom exemplo era no parquinho, quando a pegavam pela mão e levavam a algum brinquedo, sempre sob minha supervisão.

Diante de seu desenvolvimento físico pleno, característica não afetada pelo autismo, ela era muito rápida e corria bastante. Outra habilidade que demonstrava era para a aptidão em escalar, principalmente os brinquedos do parque.

As fugas e tentativas de fugas eram constantes. Normalmente era da sala de aula para o parque, balançar outras crianças. Ou, então, para a sala do berçário, local pelo qual demonstrava ímpar interesse. Era necessário ir atrás dela para que não se machucasse, pois apresentava pouca ou quase nenhuma noção de perigo.

No começo ela usava fralda o tempo todo. Numa conversa entre a equipe escolar e a família, chegamos ao consenso que seria melhor ir tirando esse hábito da fralda, com o objetivo de gerar uma maior independência para a aluna, visto que já tinha cinco anos de idade e ainda não fazia uso do banheiro, como as demais crianças.

A empreitada não tivesse o sucesso esperado e a menina voltou a usar fraldas em casa, permanecendo sem elas no ambiente escolar.

Essa foi uma tentativa da escola de possibilitar maior independência para a criança e desenvolver, minimamente, sua noção de higiene e responsabilidade.

Devemos procurar o antes possível desenvolver: - A autonomia e a independência; - A comunicação não-verbal; - Os aspectos sociais como imitação, aprender a esperar a vez e jogos em equipe; - A flexibilização das tendências repetitivas; - As habilidades cognitivas e acadêmicas (MELLO, 2005, p. 28/29).

A escola solicitou inúmeras vezes a presença dos pais para conversas, esclarecimentos e ajuda por parte de outros profissionais.

Até estabelecer uma relação de confiança com aluna foram muitas mordidas, algumas vezes alguns arranhões. Ou seja, no início foi uma convivência turbulenta e

conturbada. Por vezes batia o desânimo, uma vontade de fugir de toda aquela situação.

Enquanto profissional me sentia despreparada ao lidar com toda a situação. Por mais que me informasse sobre o autismo, a teoria parecia tão longe da realidade que se apresentava. Habitualmente estamos acostumados a falar e a ouvir que quando precisamos nos comunicar de forma diferente, é reaprender o que sabemos para auxiliar outro. Porém, o processo de aprendizagem e adaptação é lento.

Hoje em dia discute-se a situação da vida de uma pessoa com necessidades especiais, principalmente a sua entrada e permanência na escola, E o preparo dos professores para adaptar a criança com necessidades especiais com o objetivo de prolongar sua permanência na escola (SANTOS, 2008, p. 35).

Outra dificuldade foi adaptar a rotina da aluna por meio das fichas de comunicação alternativa⁸. Essas fichas eram apresentadas em diversos momentos, por exemplo: íamos trabalhar nas mesinhas, a ficha era mostrada antes para antecipar a situação que aconteceria. Assim como a hora da merenda, de ir ao banheiro, beber água, etc.

Dessa forma, fomos estabelecendo uma relação, numa constante simbiose de aprendizado mútuo: ela comigo, e eu com ela. Bom exemplo a ser aqui apresentado é acerca de tomar água: ela pegava a canequinha e ficava perto da porta. Essa era a forma de expressar que estava com sede.

No que se refere à parte pedagógica, por mais estímulos que eram oferecidos, pareciam não chamar a atenção da aluna. O tempo de concentração dela era muito pequeno e não parava muito sentada. Jogava os materiais no chão (lápiz, canetinhas, papéis). Pude notar, também, que se sentia atraída por rasgar e amassar folha, atividades que incluí positivamente em sua rotina.

O quadro educacional que se manteve praticamente inerte durante todo o ano letivo.

Os ganhos visíveis foram na parte social. Depois de alguns meses já ficava mais dentro da sala e se agitava um pouco menos. A aluna também estabeleceu uma relação visual comigo, olhando-me de jeitos específicos quando queria alguma coisa.

⁸ Fichas com desenhos que são apresentadas ao aluno para estabelecer uma rotina. Por exemplo: ficha com o desenho de uma criança comendo, indicando o momento adequado para comer a merenda.

Uma coisa que me chamou a atenção foi o seu interesse por materiais recicláveis e coisas que encontrava pelo chão. Dessa forma, inseri tais elementos em seu cotidiano, o que trouxe resultado significativo. Esses materiais começaram a fazer parte dos brinquedos em sala de aula, inclusive com o envolvimento dos demais alunos.

Outro ponto positivo identificado foi o interesse e acolhimento por parte dos demais alunos, que eram muito solícitos em relação à aluna autista, ajudavam nos cuidados com ela e tentavam incluí-la nas brincadeiras e atividades.

O professor deve observar este aluno durante um período de tempo enquanto colhe informações com os pais e com os profissionais que o acompanham. Passado o período de observação, recomendo que o professor tenha uma conversa com o resto da sala, em linguagem compreensível para a faixa etária dos alunos, falando sobre as dificuldades do aluno com Síndrome de Asperger e solicitando a colaboração dos colegas (MELLO, 2005, p. 29/30).

Enfim, o balanço geral mostra que a menina conseguiu melhorar suas capacidades. Em longo prazo, consideradas suas significativas dificuldades e seu elevado grau de espectro autista, poderá desenvolver uma independência mínima, falar algumas palavras e se comunicar minimamente com os demais.

Essas foram as minhas impressões pessoais.

Após o término do ano letivo, procurei me informar acerca da aluna autista. Nesse ano de 2017, ela foi transferida para outra escola, pois naquela encerrou seu período de Educação Infantil. Atualmente ela está no primeiro ano do Ensino Fundamental 1 e conta com o auxílio de outra tutora exclusiva.

Segundo informações apuradas, seu quadro permanece sem mudanças, exceto pelo fato de que vem encontrando dificuldades para se adaptar ao novo ciclo de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho não pretendeu esgotar o tema da inclusão do aluno autista na Educação Infantil da Rede Regular de Ensino, tarefa quase impossível, visto que, como todas as ciências humanas, é assunto em permanente renovação, modificando-se conforme o país em que é tratado e o momento.

Conceituei o autismo e, em seguida, fiz um diálogo entre a teoria científica e a prática diária, relacionadas entre si, tratando de assuntos tais como organização, planejamento, metodologias de ensino, aprendizado, comunicação e linguagem e outras formas de expressão e interação do aluno espectro autista com os educadores e demais alunos.

Feita a análise da educação inclusiva com relação ao autista, pude averiguar que o modelo de escolas inclusivas tem grande relevância para esse aluno, que pode se desenvolver, respeitadas suas limitações, em conjunto com as outras crianças. Poderá, dessa forma, entender regras e aspectos essenciais da convivência humana e de responsabilidades.

Notei que para os outros alunos a experiência também se mostrou válida. Através dessa convivência as barreiras do preconceito podem ser quebradas ou, pelo menos, amenizadas. Conviver com as diferenças é essencial para o futuro, quando terão que lidar de forma mais próxima com os problemas da vida. Essa é uma das formas pelas quais poderemos nos aproximar mais de um mundo sem preconceitos.

Esse processo cabe a todos nós.

Verifiquei que a inclusão da criança autista ainda encontra obstáculos a serem superados, conforme explanei ao longo do trabalho.

Na prática ainda são escassos trabalhos acadêmicos e existe a necessidade de qualificação constante dos educadores quanto ao espectro do autismo, objetivando facilitar a plena acessibilidade e desenvolvimento daqueles que dela necessitam.

Os ambientes escolares que recebem esse aluno precisam estar preparados, em especial quanto à infraestrutura e capacitação, considerando que ele possui maior dificuldade que os demais para aprender e se relacionar.

Restou evidenciado que é de grande importância o desenvolvimento de políticas educacionais que envolvam os educadores, a família e a sociedade nas

escolhas dos processos pedagógicos e estratégias inclusivas. Além disso, a participação de todos esses atores é essencial para o avanço das pesquisas e das metodologias de ensino, aproximando a teoria da prática em sala de aula.

O processo educacional é uma construção que exige criatividade e inovação por parte do professor. Cada aluno é um mundo próprio à espera de compreensão, o que só acontece quando o educador mergulha sem medo nesses admiráveis mundos novos, ensinando e aprendendo com o mesmo vigor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 05 mar. 2017.

Declaração de Salamanca, UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/desafios-da-inclusao-de-autistas-nas-escolas-e-sociedade/128555/>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GUENTHER, Z. C. **O Aluno bem dotado na escola regular: celebrando a diversidade, incluindo as diferenças.** In: Revista Escritos sobre Educação, Ibité, vol. 2, n.1, p.43-54, jan-jun, 2003.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos: Uma História.** Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MARQUES, Carla Elsa. **Perturbações do espectro do autismo. Ensaio de uma intervenção construtivista desenvolvimentista com Mães.** Coimbra: Quarteto Editora, 2000.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: Guia prático.** São Paulo: AMA, 2005.

MELLO, Ana Maria S. Ros de; ANDRADE, Maria América; HO, Helena; SOUZA DIAS, Inês de. **Retratos do autismo no Brasil,** 1ª ed. São Paulo: AMA, 2013.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais.** São Paulo: Artmed, 2000.

SANCHES, Isabel; TEODORO, A. **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos.** Revista Lusófona de Educação, 2006.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar.** São Paulo: CRDA, 2008. Disponível em: <<http://www.crda.com.br/tccdoc/22.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

PEREIRA, Edgar de Gonçalves. **Autismo: o significado como processo central. Lisboa: Secretariado de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.** Coimbra: Secretariado Nacional de Reabilitação, 1999. In: SOUZA, Pedro Miguel Lopes de; SANTOS, Izabel Margarida Costa dos. **Caracterização da Síndrome autista.** Coimbra, 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/16232218-Characterizacao-da-sindrome-autista.html>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

SCHWARTZ, Gisele Maria. **Dinâmica Lúdica.** Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian; trad. LOPES, Magda França. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.